



**Denise Pereira
(Organizadora)**

**Diversidades:
Diferentes,
não
Desiguais 2**

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 2 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-091-9

DOI 10.22533/at.ed.919190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO	
Francisca Maria da Silva Barbosa Iara Maria de Araújo Tatiane Bantim da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9191905021	
CAPÍTULO 2	14
DEL ESTIGMA AL SUJETX POLÍTICX: UNA ARQUEOLOGÍA DE LA MEMORIA HISTÓRICA TRANS SALVADOREÑA	
Amaral Arévalo	
DOI 10.22533/at.ed.9191905022	
CAPÍTULO 3	31
PRECISAMOS FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE	
Glaucy de Sousa Santana	
DOI 10.22533/at.ed.9191905023	
CAPÍTULO 4	41
SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”	
Ingrit Machado Jeampietri de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.9191905024	
CAPÍTULO 5	54
RECORTES DA SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA EM OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO	
Ana Caroline Genésio Rodrigues Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.9191905025	
CAPÍTULO 6	64
UM CHOPP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO	
Anselmo Lima de Oliveira Alfrancio Ferreira Dias Simone Silveira Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.9191905026	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO	
Júlia Castro John	
DOI 10.22533/at.ed.9191905027	
CAPÍTULO 8	80
TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO DIREITO BRASILEIRO	
Anna Christina Freire Barbosa Walney Moraes Sarmiento	
DOI 10.22533/at.ed.9191905028	

CAPÍTULO 9 91

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

David Sousa Garcês
Fábia Costa
Diêgo Matos Araújo Barros
Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz
Valeska Denise Sousa Garcês

DOI 10.22533/at.ed.9191905029

CAPÍTULO 10 100

UNIVERSIDADE PÚBLICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

Fabiana Nogueira Chaves
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.91919050210

CAPÍTULO 11 116

A ESCRITURA DE AUTORIA FEMININA EM A PAIXÃO DE LIA, DE BETTY MILAN, E AS DOZE CORES DO VERMELHO, DE HELENA PARENTE CUNHA

Giovanna de Araújo Leite

DOI 10.22533/at.ed.91919050211

CAPÍTULO 12 126

A INTERFACE DO SEMBLANTE E DA PULSÃO ESCÓPICA ATRAVÉS DO RELANCE DO RAPAZES ALEGRES EM QUEER EYE

Eider Madeiros
Hermano de França Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.91919050212

CAPÍTULO 13 138

A APROPRIAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA FICÇÃO COMO ARTIFÍCIO FIRMADOR DO DISCURSO MACHISTA

Raíssa Feitosa Soares
Emannuely Cabral de Figueiredo
Lissa Furtado Viana
Otávio Evangelista Cruz

DOI 10.22533/at.ed.91919050213

CAPÍTULO 14 147

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE KEHINDE E RAMI: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANA M. GONÇALVES E P. CHIZIANE

Aparecida Gomes Oliveira
Lídia Maria Nazaré Alves
Rhanielly Gomes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.91919050214

CAPÍTULO 15	158
A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA	
Sara Regina Santos Oliveira David Sousa Garcês Fábia Costa Diêgo Matos Araújo Barros Valeska Denise Sousa Garcês	
DOI 10.22533/at.ed.91919050215	
CAPÍTULO 16	166
A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Janayna Rocha Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.91919050216	
CAPÍTULO 17	180
A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA	
João Philippe Lima Daniela de Sousa Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.91919050217	
CAPÍTULO 18	190
AS REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PADRÃO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes Regina Moraes da Silva Araujo Lucas Paoly de Araujo Moraes José João Araujo Neto Janice Alves Trajano	
DOI 10.22533/at.ed.91919050218	
CAPÍTULO 19	197
BRASIL: A ÁFRICA NA AMÉRICA DO SUL	
Jorge Yuri Souza Aquino Leite Rodrigues Lins Maria Eduarda Henrique Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.91919050219	
CAPÍTULO 20	205
BRUXA E ADÚLTERA (A GLORIOSA FAMÍLIA (1997), DO ANGOLANO PEPETELA)	
Denise Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.91919050220	
SOBRE A ORGANIZADORA	219

A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA

João Philippe Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí – Campus Cocal
Cocal - Piauí

Daniela de Sousa Araújo

Secretaria de Educação do Estado do Piauí
Teresina - Piauí

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar como a guerra civil moçambicana (1977-1992) se encontra representada no universo ficcional do romance *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto. Na introdução, iniciamos com um breve apanhado histórico da guerra civil moçambicana, suas causas, trajetória ao longo dos anos e impactos exercidos sobre o país e sua população, para então inserirmos a narrativa ficcional dentro do contexto histórico do conflito, com suas duas narrativas paralelas, uma dominada pelo real e a outra, a dos escritos de Kindzu, onde o maravilhoso e o real se imbricam de forma inseparável. A interação das duas narrativas presentes na obra com a guerra civil moçambicana, bem como a caracterização desta em ambas, constituem o corpo do trabalho, que foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com a leitura da obra em questão e do suporte teórico necessário para sua análise. Conclui-se que a mescla do real com o maravilhoso dentro da obra constitui-se uma

maneira de tornar os horrores reais do conflito palpáveis e verossímeis ao invés de relegá-los a segundo plano, trazendo a realidade histórica da guerra para o cotidiano de uma população que vê o real e o mágico como elementos constituintes e complementares da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Terra Sonâmbula. Guerra Civil Moçambicana. Realismo Mágico.

ABSTRACT: This paper has the goal of investigating how the Mozambican Civil War (1977-1982) is represented in the fictional universe of Mia Couto's novel *Sleepwalking Land*. On the introduction we start with a historical briefing of the Mozambican Civil War, its root causes, trajectory and impacts exerted over the country and its population, and then we insert the fictional narrative into the historical context of the conflict, with its two parallel narratives, one dominated by the real and the other, the Kindzu manuscripts, where the wonderful and the real intertwine in an inseparable way. The interaction between the two narratives in the novel with the Civil War, as well as the its characterization in both of them, constitute the bulk of the paper, which was carried out through bibliographical research, with the reading of the novel in question and the theoretical support material needed for accomplishing the analysis. We conclude that the mixture of the real with the wonderful inside the novel constitutes a way of

making the horrors of the conflict palpable and truthful instead of relegating them to a second plane, bringing the historical reality of the war to the everyday life of a populace that sees the real and the magic as constitutive and complementary elements of the reality.

KEYWORDS: *Sleepwalking Land*. Mozambican Civil War. Magical Realism.

1 | A EXPERIÊNCIA COLONIAL E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

Apesar de a presença portuguesa em Moçambique remontar à era das grandes navegações, a dominação colonial só se estendeu por todo o território do país em finais do século XIX, na esteira da corrida imperial europeia por territórios na África, que por sua vez era resultado da Revolução Industrial, que criou uma enorme demanda por matérias-primas nas economias industriais avançadas da Europa. Nos séculos anteriores, a presença colonial portuguesa se dava por meio de feitorias e entrepostos comerciais situados na costa, como Quissanga e Sofala. Portugal tinha que rivalizar com árabes e somalis por influência sobre o território moçambicano e as diversas entidades políticas locais que o governavam. O Império Português tinha nas suas possessões na América e no comércio de escravos suas prioridades.

Com o fim do comércio de escravos e a independência do Brasil no século XIX, Portugal voltou suas atenções para os remanescentes de seu império colonial na África, processo intensificado pelo interesse de outras potências europeias, notadamente o Reino Unido, nos territórios portugueses na África Meridional. Nesta época já um país pequeno, periférico e pobre, Portugal não podia se dar ao luxo de perder suas colônias e o que ainda lhe restava de territórios ultramarinos e status imperial, e as colônias africanas, antes relegadas a segundo plano, rapidamente se tornaram prioridade máxima para o estado português, como bem pontua Alexandre (2000, p. 181): “A ideia vai marcar todo o pensamento nacionalista português nos séculos XIX e XX, que vê na construção de um novo sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia de existência da nação”.

Auxiliado pelas tecnologias da revolução industrial, notadamente as de armamento e transporte, Portugal procede a consolidação do domínio sobre Moçambique e suas demais colônias africanas. A colonização portuguesa era peculiar em relação às demais metrópoles europeias em dois aspectos: primeiro, a presença nestes territórios que remontava ao século XVI, enquanto as demais potências europeias somente estabeleceram uma presença significativa a partir da segunda metade do século XIX; segundo, a debilidade e o atraso da economia portuguesa: comparado aos colossos industriais britânico, francês e alemão, Portugal era ainda um país majoritariamente rural e dependente da produção de commodities agrícolas. Sua anêmica indústria era pouco competitiva, e dependia do acesso privilegiado aos mercados coloniais para

sua própria sobrevivência. De modo que, ao longo das décadas que se seguiriam, a economia portuguesa viria a depender de suas colônias mais do que a de qualquer outra metrópole europeia, fato que o levaria a resistir ao fim do domínio colonial também de maneira mais obstinada do que as demais potências coloniais.

O estabelecimento desse controle colonial em Moçambique não se deu sem resistência. Acostumados à atuação colonial distante e protocolar das décadas e séculos anteriores, os governantes locais resistiram o máximo que puderam à imposição do domínio colonial mais direto que a metrópole buscava impor. A solução foi impor um governo militar diretamente submetido ao poder central em Lisboa; as companhias particulares, que antes exerciam as atribuições do estado português, foram relegadas a papéis secundários em algumas regiões da colônia. Iniciada em 1886, a campanha para adquirir o controle total do território moçambicano só se completaria em 1918. As práticas econômicas impostas pelo poder colonial direto provocariam ressentimento que explodiria em ocasionais revoltas ao longo de todo o período de domínio português, especialmente as migrações forçadas de trabalhadores para trabalhar nas minas das colônias inglesas vizinhas (Portugal recebia por cada trabalhador enviado às minas sul-africanas e zimbabuanas) e nas monoculturas destinadas à produção de commodities para exportação, grande fonte de receita para a metrópole. Tony Judt ressalta a importância que as colônias africanas tinham para a economia portuguesa e o efeito deletério das políticas coloniais para as populações nativas:

O minúsculo Portugal—A menor e mais pobre das potências coloniais europeias—extraía matéria-prima de suas colônias em Angola e Moçambique a preços extremamente favoráveis; elas também ofereciam um mercado cativo para suas exportações, que não eram competitivas internacionalmente. Dessa forma, Moçambique plantava algodão para o mercado de commodities português ao invés de comida para seu próprio povo, uma distorção que gerava lucros consideráveis e fomes locais regulares. Nestas circunstâncias, e apesar de revoltas malsucedidas nas colônias e golpes militares em casa, a descolonização portuguesa foi adiada o máximo possível. (JUDT, 2005, p. 280)

A frágil República Portuguesa foi substituída em 1926 por um regime autoritário, o Estado Novo, que ao mesmo tempo em que estabelecia um controle firme do estado sobre a população, era dominado por um saudosismo anti-modernista que via no resgate do passado a única solução para o futuro de Portugal. Dentro dessa cosmovisão, a manutenção do império colonial não apenas era de suma importância econômica como também provia a própria razão de ser do estado português, que via a si próprio como imbuído da missão de levar a civilização europeia e o catolicismo romano para os povos bárbaros do continente africano. Deste modo, as colônias eram importantes não apenas para a sustentação econômica, mas também ideológica, do regime português.

Não é surpreendente, portanto, que Portugal tenha resistido à independência de suas colônias mais do que qualquer outra potência europeia. Nenhuma outra

metrópole era tão dependente economicamente de seus protetorados. Além disso, o regime português era um estado autoritário e oligárquico, que temia não apenas a ruína econômica resultante da perda das colônias, como também o efeito que a independência das mesmas sinalizasse uma fraqueza do regime, que poderia ser explorada por opositores na própria metrópole. No começo da década de 1960, os impérios coloniais francês e inglês estavam em pleno processo de desmonte, e com exceção da Argélia francesa, as independências se deram de maneira surpreendentemente não-violenta. Portugal, no entanto, não deixaria suas colônias se libertarem de modo tão fácil, pelas razões expostas acima. Se quisessem obter sua independência, as colônias teriam que lutar. E neste processo receberiam ajuda importante da União Soviética, disposta a aproveitar o processo de descolonização para ampliar sua esfera de influência na África, operando no vácuo deixado pela partida das antigas potências. Movimentos de independência como o PAIGC em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o MPLA em Angola e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), receberam ajuda substancial dos soviéticos em sua luta para se libertarem do domínio colonial português. Pequeno, pobre e pouco populoso, Portugal não conseguia enfrentar múltiplas rebeliões simultaneamente: o esforço de guerra drenava o erário e resultava na perda de milhares de soldados portugueses. E foram os militares os primeiros a desconfiar que lutavam por uma causa perdida: “A defesa de Portugal de seus domínios coloniais se tornava cada vez mais cara, sangrenta e sem esperança. As Forças Armadas sabiam disso melhor que ninguém. E elas também tinham outros motivos para estarem frustradas” (JUDT, 2005, p. 512). Salazar, o longevo ditador, havia morrido em 1970, e seu sucessor, Marcelo Caetano, não conseguia lidar com o descontentamento popular e a frustração entre as Forças Armadas. Em 25 de abril de 1974, uma junta militar depôs Caetano e anunciou planos de democratização e descolonização. No ano seguinte, as colônias portuguesas finalmente conquistariam suas independências. No entanto, a paz que se sucedeu o fim das guerras de independência seria breve, e logo substituída por outros conflitos.

2 | A GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA (1977-1992)

Os grupos guerrilheiros que conduziram as guerras de independência das colônias portuguesas tinham não só inspiração ideológica socialista como também apoio logístico, diplomático e militar da União Soviética e de estados filossocialistas africanos como a Tanzânia de Julius Nyerere. Com a independência, o caminho destes grupos ao poder estava aberto, e eles não perderiam tempo em criar nos países recém-independentes modelos de organização política, econômica e social similares aos do socialismo real. Como diz Campos:

O projeto de transformação da sociedade moçambicana planejado pela FRELIMO

colocou o Estado como centro de todas as decisões, como a única instituição político-administrativa capaz de regular as populações. Qualquer outra forma de organização social regida pelas autoridades tradicionais ou pelas lógicas de parentesco era tachada como “feudal” ou “retrógrada”, pois representava um retrocesso para a nação. (CAMPOS, p. 80, aspas no original)

O desejo da FRELIMO de construir um estado moderno de feições marxistas-leninistas batia de frente com os modos de organização social tradicionais da sociedade moçambicana, alicerçados na autoridade dos chefes tribais locais, que se sentiam cada vez mais deslocados e despidos de poder no novo estado em construção. Somese a isso a insatisfação com políticas econômicas como as tentativas de copiar o modelo de fazendas coletivas estatais do modo de produção socialista, que arrancava camponeses de suas terras e lhes tirava a liberdade de produzirem o que bem entendessem, e tinha-se um caldo fértil para a erupção de revoltas. Uma coalizão de chefes tribais descontentes com a centralização estatal, antigos membros da elite colonial e dissidentes da própria FRELIMO descontentes com os rumos que o país tomava, resultou na formação da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que em 1977 lançou uma insurgência contra o governo central controlado pela FRELIMO.

A guerra civil que se seguiria duraria quinze anos e devastaria a economia, a infraestrutura e a organização social moçambicana. A FRELIMO continuava a contar com o apoio da URSS e de estados-satélites e simpatizantes como Cuba e Tanzânia, e a partir de 1980, do recém-instalado governo do ZANU-PF no Zimbábue. Até esta data era a RENAMO quem gozava do apoio do regime supremacista branco que dominava o país vizinho, que ainda se chamava Rodésia, bem como do regime segregacionista que governava a África do Sul. Estes regimes de minoria branca se ressentiam do apoio dado pelo governo moçambicano a movimentos como o ZANU e o CNA, que pretendiam derrubá-los. No contexto da Guerra Fria, a RENAMO contava também com o apoio indireto de potências ocidentais desejosas de diminuir a influência soviética no continente africano. Sendo assim, a guerra civil moçambicana não se resumia apenas a uma luta interna pelo poder, mas se inseria no contexto regional de luta contra os regimes segregacionistas que dominavam a Rodésia e a África do Sul e no contexto global de disputa entre EUA e URSS, fatores que ajudariam o conflito a se prolongar por muito mais tempo do que teria se tivesse se resumido a uma querela local.

Tanto a FRELIMO quanto a RENAMO foram acusadas de violações sistemáticas e generalizadas de direitos humanos e das leis e costumes da guerra. Massacres de comunidades inteiras vistas como leais ao inimigo e o uso de crianças e adolescentes como soldados eram lugar comum. Pega no meio do fogo cruzado da luta entre os dois grupos, a população civil sofreria de maneira atroz ao longo de todos esses anos. As políticas de requisições forçadas de alimentos e de reunião de camponeses em fazendas comunais denominadas aldeamentos, onde eles produziram sob as diretrizes impostas pelo estado, executadas pela FRELIMO, resultaram em escassez de alimentos e episódios de fome generalizada em várias regiões do país, ao passo

em que as campanhas de sabotagem e de guerrilha levadas a cabo pela RENAMO destruíram o pouco de infraestrutura que o país havia herdado do período colonial, esta já danificada nas lutas pela independência. Os efeitos catastróficos das ações de ambos os grupos envolvidos no conflito são bem representados ao longo do romance *Terra Sonâmbula*, como veremos em breve.

Potencializado por fatores externos, não é surpreendente que desenvolvimentos fora das fronteiras de Moçambique tenham também desencadeado o processo que levaria ao seu fim e ao estabelecimento da paz. A partir da segunda metade da década de 1980, dois fatores que alimentavam a guerra civil moçambicana se esvaneceram progressivamente, a ponto de praticamente desaparecerem ao final da década. No plano continental o regime segregacionista da África do Sul começou a ser desmantelado a partir de dentro, e sem o apoio de Rodésia (que nessa época já se chamava Zimbábue e apoiava a FRELIMO ao invés da RENAMO) e da África do Sul, a RENAMO se enfraquecera substancialmente. No plano global, a guerra fria entre EUA e URSS se encaminhava para um fim, e os soviéticos, emaranhados numa teia de problemas que levaria à destruição do próprio país em 1991, não tinham mais interesse em apoiar a FRELIMO. Desprovidos de seus patronos internacionais, os movimentos logo iniciaram conversações de paz, que culminaram nos Acordos de Roma, que em 1992 encerrariam a guerra civil de Moçambique. Neste mesmo ano Mia Couto lançaria o romance no qual o conflito que devastou seu país ocuparia um papel central na narrativa: *Terra Sonâmbula*.

3 | TERRA SONÂMBULA E A GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA

Terra Sonâmbula foi publicado em 1992, coincidência ou não, o ano em que a guerra civil moçambicana foi oficialmente encerrada e um acordo de paz assinado. O romance é dividido em duas narrativas que se entrelaçam entre si e se inter-relacionam com o real e o mágico, onde os saberes tradicionais e mitos e lendas locais se inserem no enredo. O pano de fundo no qual a narrativa se desenrola, no entanto, é bem real: a guerra civil que assolou o país por quinze anos e que conduz as ações dos personagens nos dois focos narrativos: é ela que leva Tuahir e Muidinga a se esconderem no ônibus carbonizado e Kindzu a abandonar sua vila e partir em busca dos míticos guerreiros naparamas. Tuahir e Muidinga encontram uma mala ao lado de um corpo, na qual encontram-se os cadernos de Kindzu. A história de Kindzu começa exatamente no dia 25 de junho, data da independência nacional, na qual nasce um irmão seu, batizado de Junhito em homenagem à emancipação política do país. Junhito é uma corporificação da nação recém-nascida: nem mal havia vindo ao mundo, já era assombrado por presságios agourentos de seu pai, que tem certeza de que o filho morrerá em breve, motivo pelo qual ele é transferido para o quintal para viver junto com as galinhas, até se tornar uma delas. Como disse o próprio Mia

Couto em uma conferência em 2005: “A metáfora no romance é simples, quase linear. Na altura, eu denunciava a nossa progressiva perda de soberania, e uma crescente domesticação do nosso espírito de ousadia” (COUTO, 2005, p. 193).

Aterrorizado pelas consequências da guerra, Kindzu foge de sua aldeia em busca dos míticos guerreiros naparamas, que haveriam de defender o povo do conflito:

Naparama? Nunca eu tinha ouvido falar em gente dessa. Surendra me explicou vagamente. Eram guerreiros tradicionais, abençoados pelos feiticeiros, que lutavam contra os fazedores da guerra. Nas terras do Norte eles tinham trazido a paz. Combatiam com lanças, zagaias, arcos. Nenhum tiro lhes incomodava, eles estavam blindados, protegidos contra balas (COUTO, 2007, p. 26-27)

Guerreiros tradicionais que teriam poderes mágicos, os naparamas representam a esperança de que a solução para os problemas trazidos pelo colonialismo e pela guerra fria, em suma, por dinâmicas políticas e econômicas externas ao continente e ao país, estaria num retorno às tradições locais. O fato de os naparamas serem invulneráveis a balas retrata este anseio de derrotar as mazelas do mundo moderno com antídotos advindos das raízes culturais ancestrais. É a busca de Kindzu por estes guerreiros lendários que o levará a percorrer boa parte do país e a encontrar as mazelas da guerra civil por toda parte. Ao chegar em Matimati, é aconselhado a ir embora imediatamente, pois o naufrágio de um navio que trazia suprimentos para as forças do governo despertara a ira dos governantes locais e retaliações eram esperadas. Não obstante, Kindzu sente que uma força imperativa o impele ao navio naufragado, para onde ele parte num pequeno barco, contrariando determinações das autoridades e arriscando a própria vida.

Enquanto isso, Tuahir e Muidinga continuam vagando pelas redondezas desoladas do ônibus, quando caem numa armadilha, dela sendo resgatados por aquele que a armou, o velho Siqueleto, último remanescente de sua aldeia destruída por grupos armados. Muidinga queixa-se de não terem sido recebidos de acordo com os antigos costumes de hospitalidade, ao que Siqueleto replica: “de facto, não é assim a maneira de nossa raça. Antigamente quem chegava era em bondade de intenção. Agora quem vem traz a morte na ponta dos dedos” (COUTO, 2007, p. 67). Este trecho ressalta a extensão do dano que o conflito infligiu sobre o tecido social, destruindo antigos costumes e instaurando a desconfiança no lugar da cordialidade. Siqueleto, por fim, resseca e morre como uma planta desprovida de água e alimento. Muidinga segue pensando na sua morte: “Com ele, todas as aldeias morriam. Os antepassados ficavam órfãos da terra, os vivos deixavam de ter lugar para eternizar as tradições. Não era apenas um homem, mas todo um mundo que desaparecia” (COUTO, 2007, p. 84). A destruição da organização social que vigia antes da guerra é um tema que perpassa toda a narrativa.

Após enfrentar dias de perigo no mar e ser auxiliado por espíritos, Kindzu chega ao navio naufragado, que não afunda por ser protegido por uma espécie de magia.

Nele reside uma mulher, Farida, cuja história é representativa da sociedade colonial e de suas mazelas: desprezada pela tribo e marcada para morrer por ter nascido gêmea, Farida é criada por um casal de portugueses, Romão e Virgínia. Virgínia é uma mulher pia e saudosista, que sonha em voltar para Portugal, enquanto Romão é um colono rico, empertigado e orgulhoso de sua superioridade sobre os nativos, a qual enxerga como algo inerente à sua natureza de branco europeu, e que lhe dá direitos como o de abusar sexualmente da enteada africana. Romão e Virgínia representam as duas faces do colonialismo português: uma religiosa e nostálgica da terra natal e de seu passado imperial glorioso, e outra mais sinistra, supremacista e que se arrogava um direito natural e divino de dominar as populações africanas nativas. O filho deste abuso, Gaspar, extraviado da mãe e cujo paradeiro é ignorado ao longo do romance, é a metáfora do papel do mestiço na sociedade moçambicana: meio africano, meio europeu, não consegue ser efetivamente nem uma coisa nem outra, e é desprezado por ambos os grupos.

No retorno a Matimati, Kindzu se depara com um outro aspecto sinistro do conflito: sua normalização aos olhos dos nativos: “De quando em enquanto se escutavam tiros, rajadas de metralhadora. Já nem nos alarmávamos. Lá fora havia o matraquear da morte, lamento de vidas que se apagavam. Para nós, porém, aquele ruído já era parte da paisagem”. (COUTO, 2007, p. 111). A guerra já se prolongava por tanto tempo que havia se tornado para as pessoas uma parte da vida, algo a ser aceito passivamente como os ciclos da natureza, que não poderia ser mudado pelas ações dos homens, que de qualquer maneira pareciam mais direcionadas a mantê-la e intensificá-la do que em acabar com ela. O contraponto desta aceitação da guerra como parte integrante da vida é feito pela reflexão nostálgica de Tuahir quando este relembra seu trabalho numa estação de trem nos tempos de paz:

Tuahir se recorda. Seu serviço havia sido numa estaçõzinha. Quando a guerra chegou os comboios deixaram de passar. Mas ele ficou em seu posto com sua lanterna, sua atenta bandeira. Aquela lanterna tinha restado como única luz entre tanto mato como se fosse uma lâmpada não dos homens, mas da terra. Pontualmente Tuahir madrugava na gare, varria o patamar, repassava as tábuas da casinha. Aplicava seu princípio: há-de vir, um dia o comboio virá. Quando chegasse a data ele estaria à frente da ocasião, todo fardado, todo organizado. Como sempre fizera, sacudiria a locomotiva em solene continência. As carruagens arrastariam seu suspiro de ferros, as meninas correriam com seus cestos vendendo frutas e a vida se banharia de luzes e vozes. (COUTO, 2007, p. 138)

Ao contrário dos habitantes de Matimati, resignados em aceitar a guerra como algo permanente, Tuahir lembra dos tempos de paz e alimenta a esperança de que eles retornarão, e com ela as estruturas sociais destroçadas pelo conflito haverão de renascer. O comboio é diretamente associado à paz: antes da guerra, ele sempre chegava, quando ela começou, deixou de passar, e quando ela terminou ele voltará e trará consigo a paz e a harmonia da qual a sociedade moçambicana tanto precisava e pela qual tanto ansiava. Trata-se de uma das poucas passagens da obra na qual um

personagem manifesta alguma esperança num futuro pacífico.

De volta a Matimati, o administrador local Estêvão Jonas trama com o fantasma do colono português Romão Pinto, pai adotivo de Farida, uma maneira de se apropriar de um dinheiro que pertencia ao falecido, num contraste entre a retórica anticolonial e anticapitalista da FRELIMO e a atitude de seus dirigentes locais cobiçosos dos bens deixados para trás pelos portugueses que fugiram do país. O conluio entre o fantasma do colono e o administrador local atual demonstra que a independência de certo modo resultara apenas na substituição de opressores estrangeiros por opressores nativos, e que os membros da FRELIMO esqueciam da ideologia socialista do grupo e buscavam acima de tudo o enriquecimento próprio, e viam o poder como ferramenta para atingir tal objetivo.

Enquanto isso Kindzu continua em busca de Gaspar, o filho desaparecido de Farida, e nesta busca chega ao local onde se amontoam as maiores vítimas da guerra: o campo de refugiados. Fugindo não apenas dos combates entre as facções que disputavam o poder como também das políticas de estado da FRELIMO e do terrorismo guerrilheiro da RENAMO, os refugiados viviam em condições extremamente precárias, como relata Euzinha, uma velha que vivia no campo: “A velha nos contava os casos do campo. Não se queixava de nenhuma tristeza. Ela já sabia: quem mais sofre na guerra é quem não tem serviço de matar. As crianças e as mulheres, esses são quem carrega mais desgraças”. (COUTO, 2007, p. 188). Como ela deixa claro, as maiores vítimas da guerra são os civis, e entre os civis, as mulheres e crianças, membros mais vulneráveis dessa população. Nos campos falta tudo, inclusive comida. Mas a escassez de alimentos não é somente uma consequência dos efeitos do conflito sobre a produção agrícola. A fome na guerra também pode ser usada como arma, e este é o caso no campo de refugiados visitado por Kindzu:

Em redor dos sacos, milhares de insectos roubavam comida. Os bichos vazavam o armazém com gulas de gigante. Como era possível? Tanto alimento apodrecendo ali enquanto morriam pessoas às centenas no campo? (...) Carolinda ardia de raiva. Seu marido tinha dado expressas ordens: aqueles sacos só podiam ser distribuídos quando ele estivesse presente. Era uma questão política, para os refugiados sentirem o peso de sua importância. No entanto, o administrador há semanas não ousava arriscar caminho para visitar o centro de deslocados. E assim a comida se adiava. (COUTO, 2007, p. 188)

O marido de Carolinda, Estêvão Jonas, é o comandante local da FRELIMO e o mesmo que conspira com o fantasma de Romão Pinto para reaver as riquezas enterradas pelo português. Ele personifica o ímpeto controlador do governo, que deseja dominar todos os aspectos da sociedade, e utiliza a inanição como ferramenta para exercer eficazmente tal controle. Vistos com desconfiança pelo governo e com desprezo pelos rebeldes, os refugiados no campo encontram-se abandonados à própria sorte.

Em seu desfecho, a narrativa retorna ao início: o ônibus carbonizado do qual

Muidinga resgata os escritos de Kindzu, enquanto este sonha com o futuro que estava prestes a viver. Os ziguezagues temporais na narrativa têm o propósito de demonstrar a natureza cíclica da guerra: em suas pausas, recomeços, intensificações e tréguas, ela vai se arrastando até alterar de forma indelével todo o tecido da sociedade moçambicana, em todos os seus níveis. A Terra Sonâmbula vive nesse estado intermediário entre o sonho e o real, no qual a guerra se insere como aspecto preponderante, definidor, dos dois mundos. Mas há também a esperança de que num mundo de sonhos a guerra chegue ao fim e a Terra desperte para um novo futuro, que terá de ser construído sobre os escombros das calamidades do doloroso passado recente.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas**: Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ARNAULT, Luiz. LOPES, Ana Mônica. **História da África**: Uma Introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

CAMPOS, Josilene Silva. **As Representações da Guerra Civil e a Construção da Nação Moçambicana nos Romances de Mia Couto (1992-2000)**. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

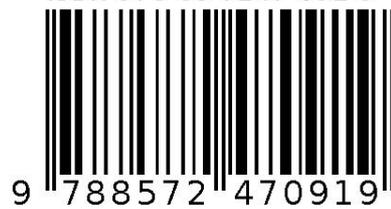
COUTO, Mia. **Moçambique, 30 anos de Independência**: No Passado o Futuro era Melhor? Via Atlântica, São Paulo, n. 8, p. 191-204, 2005. ISSN: 2317-8086.

_____. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUDT. **Postwar**: A History of Europe Since 1945. New York: Penguin Press, 2005.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-091-9



9 788572 470919